



Senado reforça a prevenção ao câncer de próstata

Vai a sanção projeto que determina a capacitação de profissionais de saúde e aumenta de 40 para 50 anos a idade mínima do exame, garantindo mais efetividade na detecção

O Plenário do Senado aprovou ontem proposta que fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. A doença atinge 70,42 brasileiros em cada 100 mil, segundo o Instituto Nacional de Câncer, sendo a maior

incidência de câncer em homens em todas as regiões do país, depois dos tumores de pele. Na semana que vem, começa a campanha nacional de conscientização Novembro Azul, com iluminação especial no prédio do Congresso. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan Calheiros anunciou como prioridade criar novo indexador de dívidas

Renan afirma que senadores não votarão “pauta-bomba”

Presidente do Senado descarta a análise de propostas que ameacem o equilíbrio fiscal e anuncia

para quarta-feira a votação da mudança do índice para reajuste de dívidas estaduais e municipais. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O presidente da comissão mista, Humberto Costa, e o relator, João Campos

MP da Polícia Federal segue para análise da Câmara

Comissão mista aprovou a admissibilidade da medida provisória que reestrutura a carreira de dele-

gado federal e os cargos de direção da Polícia Federal. O texto será estudado pela Câmara e pelo Senado. **7**

Prefeituras podem ter dois anos para encerrar lixões

Os municípios poderão ganhar mais dois anos e ter recursos federais para acabar com os depósitos de lixo sem tratamento. A medida é um meio-termo entre o prazo atual, que já expirou, e a ampliação do limite em mais quatro anos, que deve ser vetada pelo governo. **5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O fim dos lixões é uma exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Comissão ouvirá Graça Foster sobre contrato com Bolívia **4**

CPI da Petrobras decidirá se convoca novos depoimentos **5**

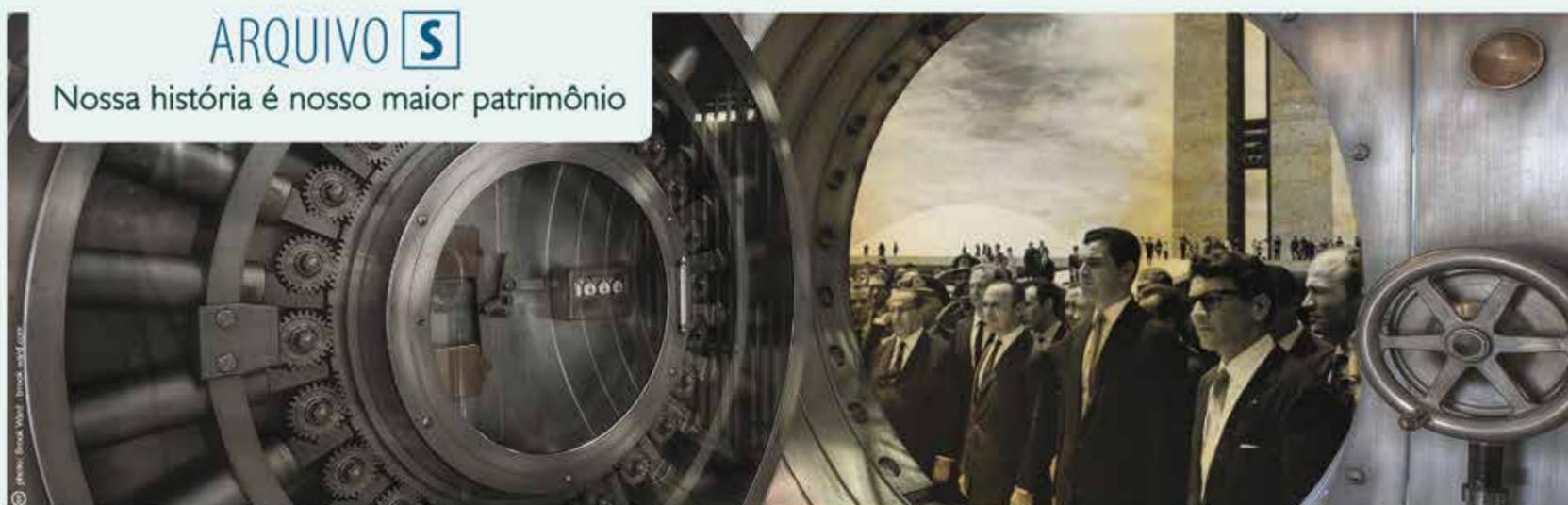
Brasil quer metas diferenciadas na emissão de gás de efeito estufa **6**

Audiência vai debater situação de imigrantes no Brasil **7**

Avança projeto com incentivo a fazendeiro que recuperar mata **8**

ARQUIVO **S**

Nossa história é nosso maior patrimônio



SICOM - Imagem e Marketing

<http://bit.ly/arquivoS>

“Arquivo S” é a nova seção especial do *Jornal do Senado*. Publicada na primeira segunda-feira do mês, a seção traz reportagens de momentos históricos do país, contadas por meio de documentos raros protegidos no acervo do Arquivo do Senado. Um patrimônio nacional de grandes acontecimentos que marcaram a sociedade, provocaram mudanças no país e alteraram o curso da história do Brasil.

Renan descarta votação de “pauta-bomba” no Senado

Presidente da Casa garante que não serão aprovados projetos que ameacem o equilíbrio fiscal do país e anuncia para quarta-feira a votação do novo indexador de dívidas estaduais e municipais

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que a instituição não votará propostas que comprometam o equilíbrio fiscal das contas públicas.

— Não haverá pauta-bomba no Senado. Temos uma aliança e ela vai preponderar haja o que houver. Mas aliança não significa pensar igualmente sobre tudo — explicou.

O senador destacou a necessidade de um entendimento entre Congresso e Executivo na criação de uma agenda nacional que leve em conta os interesses do país.

— Chegou a hora de esfriar os ânimos. As eleições passaram. É hora de construir uma convergência, uma agenda nacional. Mas isso não cai do céu, precisa de mais interlocução de lado a lado. O Congresso fez sua parte e está aberto ao diálogo — afirmou.

Renan também confirmou a votação em Plenário, quarta-feira, do projeto que altera o indexador das dívidas dos estados com a União (PLC 99/2013). A medida é uma reivindicação antiga de governadores e prefeitos.

O projeto foi apresentado pelo Executivo e começou a tramitar na Câmara dos Deputados no início de 2013. O texto original prevê a troca do atual indexador, o Índice Geral de Preços — Disponibi-



Renan Calheiros: “Temos uma aliança e ela vai preponderar haja o que houver”

lidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4% (hoje variam entre 6% e 9%). O projeto também fixa como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic. Sempre que a soma dos encargos ultrapassar a taxa básica de juros, a própria Selic será usada como indexador.

Renan lembrou que a votação da proposição logo depois do segundo turno das eleições foi um compromisso assumido tanto pelo Senado quanto pelo Ministério da Fazenda. O projeto será incluído como o primeiro item da pauta.

— Já havia um acordo firmado antes do segundo turno de que a troca do indexador seria votada no Senado — lembrou.

Antes da votação, Renan discutirá o projeto com os governadores do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; de Alagoas,

Teotônio Vilela Filho; do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão; do Acre, Tião Viana; e dos prefeitos do Rio, Eduardo Paes, e de São Paulo, Fernando Haddad, além de lideranças políticas.

— A votação da matéria é muito importante. Não tem absolutamente nenhum sentido que os estados, alguns muito pobres, continuem remunerando o Tesouro Nacional dessa forma — justificou Renan.

O relator do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC), salientou em Plenário que a presidente Dilma Rousseff, durante a campanha eleitoral, “deixou claro que tinha plena concordância” com a votação em novembro.

— Faço um apelo a todos os senadores para que possamos aprovar a matéria de acordo com o texto que veio da Câmara — afirmou Luiz Henrique.

Paulo Paim pede atenção para a saúde mental dos idosos

Paulo Paim (PT-RS) pediu mais atenção à saúde mental dos idosos, porque eles são mais vulneráveis a mudanças ao longo da vida, como perda de autonomia e problemas financeiros.

O senador disse que os idosos são particularmente atingidos por enfermidades como ansiedade, depressão e demência, sendo também levados à ingestão de álcool ou substâncias psicoativas.

Os problemas decorrentes desses transtornos, no entanto, podem ser atenuados, segundo ele, pela escolaridade, renda e integração social.

Após destacar que a aposentadoria defasada deixa os idosos insatisfeitos, Paim defendeu a aprovação de projetos dele que visam melhorar a renda da terceira idade.

— É preciso que tenhamos políticas públicas voltadas para o nosso envelhecimento — afirmou o senador.

Cristovam diz que inflação não pode ser combatida só com juros

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou apoio à elevação da taxa de juros por considerar a medida necessária para o controle da inflação. O senador argumentou que a alta do custo de vida provoca desvalorização dos salários e dos benefícios sociais. Advertiu, no entanto, que a taxa de juros não pode ser a única ferramenta de controle da inflação.

Cristovam, porém, criticou a presidente Dilma Rousseff por ter adiado a medida até depois das eleições, enquanto, na campanha eleitoral, atacava a candidata Marina Silva acerca da independência do Banco Central. Para o senador, Marina foi vítima de uma das manipulações mais vergonhosas da história da propaganda eleitoral.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Anibal quer debater política aeroespacial e acesso a banda larga

Anibal Diniz (PT-AC) sugeriu uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, em 18 de novembro, para discutir a política aeroespacial do país e a universalização do acesso à banda larga.

Ele lembrou que em 2016 será lançado o satélite geostacionário brasileiro. Alertou para o fato de que o equipamento que entrará em órbita não poderá atender toda a demanda por internet de banda larga que existe no país, especialmente na Região Norte.

O senador ainda defendeu a participação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica no debate, pois, por ser uma instituição de ponta no setor aeroespacial, tem condições de desenvolver satélites para melhorar a comunicação civil e militar, a vigilância de fronteiras, a resposta a desastres naturais e a proteção ambiental.

Cartões telefônicos poderão trazer mensagens contra o uso de crack

Cartões para telefones públicos e para recarga de telefone celular pré-pago poderão estampar alertas contra o uso do crack e de outras drogas. É o que propõe projeto de lei da Câmara (PLC) que aguarda relatório na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto (PLC 40/2014), do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES), altera a Lei 9.472/1997 e será relatado na CAS pela senadora Ana Rita (PT-ES).

Segundo o autor, as campanhas não deverão gerar despesas ao consumidor. Para ele, os custos serão próximos de zero, “uma vez que as telecomunicações estão universalizadas no Brasil”.

Ele informa que existem 215 milhões de celulares em uso no país e 1 milhão de telefones públicos.

O deputado cita pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz que revelou um crescimento de seis vezes no número de usuários de outras drogas que começaram a usar crack.

A mesma pesquisa estima que exista hoje 1 milhão de dependentes e que a droga esteja presente em 98% dos municípios brasileiros.

Silva ressalta que as mensagens deverão ter periodicidade mínima de seis meses e conter frases de advertência sobre os malefícios da droga. A matéria também será analisada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Rádio Senado mostra que servidores vêm derrubando velhos estigmas

Terça-feira, 28 de outubro, foi o Dia do Servidor Público. De acordo com a reportagem especial “O governo como padrão”, que a Rádio Senado leva ao ar hoje às 18h, o Brasil tem motivo para comemorar. O estereótipo do funcionário público acomodado e desqualificado não corresponde mais à realidade.

Nos últimos dez anos, no Poder Executivo federal, a parcela de servidores pós-

-graduados praticamente dobrou, passando de 12% para 21%. Nos demais Poderes (Legislativo e Judiciário) e esferas (estadual e municipal), a máquina pública também vem se profissionalizando de forma extraordinária.

A reportagem é tema de um vídeo da Agência Senado (www.senado.leg.br/noticias) e do *Especial Cidadania do Jornal do Senado* (www.senado.leg.br/jornal).



Edson Rodrigues/Secom-MT

Concursos atraem cada vez mais interessados em ingressar no serviço público

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão ordinária não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados oficiais da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado projeto contra o câncer de próstata

Texto determina a capacitação de profissionais na prevenção da doença e eleva para 50 anos a idade mínima de homens a serem beneficiados com exames de detecção

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o PLS 34/2005, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. O projeto agora vai à sanção presidencial.

O projeto determina a capacitação de profissionais da saúde na prevenção e detecção do câncer de próstata e altera para 50 anos a idade mínima da população masculina a ser beneficiada com exames de detecção precoce dessa modalidade de câncer. Hoje, a idade mínima é 40 anos.

Em sessão presidida por Paulo Paim (PT-RS) e transformada de não deliberativa em deliberativa especialmente para a votação da proposição, os senadores rejeitaram um substitutivo da Câmara dos Deputados, que incluía outras medidas, e aprovaram o texto original. A votação foi simbólica.

Ana Amélia (PP-RS) parabe-

nizou Valadares pela iniciativa. Ela citou estatísticas do Instituto Nacional de Câncer (Inca) a respeito do câncer de próstata no Brasil, que confirmam a relevância do projeto.

Segundo o Inca, neste ano foram registrados 68,8 mil casos novos de câncer de próstata no país, número que corresponde a 70,42 incidências para cada 100 mil homens.

— Sem considerar os tumores de pele, o câncer de próstata é o maior incidente entre os homens em todas as regiões do país — alertou Ana Amélia.

A senadora também aproveitou para convidar os colegas para sessão especial do Congresso na próxima segunda-feira para celebrar os 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer.

A sessão também marca o início da campanha Novembro Azul, de conscientização sobre o câncer de próstata, que iluminará o prédio do Congresso

em azul em novembro.

Eduardo Suplicy (PT-SP) deu testemunho pessoal sobre o tema.

— Em 2002, eu fui acometido e precisei extrair a próstata. Felizmente, hoje estou muito bem de saúde. Meu pai teve isso quando estava vivo, depois sarou. É um problema muito frequente, e a iniciativa é muito positiva — relatou.



Iluminação especial do Novembro Azul foi usada pelo Congresso no ano passado



Paulo Paim, ao lado de Ruben Figueiró (D), lê o texto que fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata

Proposta prevê unificação de mandatos e fim da reeleição

A retomada do debate sobre reforma política levou Walter Pinheiro (PT-BA) a apresentar, anteontem, proposta de emenda à Constituição (PEC) com o fim da reeleição no Poder Executivo, coincidência de datas nas disputas eleitorais e unificação dos mandatos eletivos em cinco anos. A PEC aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na PEC 35/2014, o senador sugere a extensão de quatro para cinco anos nos mandatos de presidente, governadores, prefeitos, deputados estaduais e federais e vereadores. O mandato de senador será reduzido de oito para cinco anos. Para ajuste, há duas excepcionalidades: senadores eleitos em 2014 deverão permanecer até 31 de janeiro de 2024 e prefeitos

e vereadores eleitos em 2020 terão o mandato encurtado para três anos.

Duas regras de transição disciplinam o direito ao Fundo Partidário e à propaganda eleitoral gratuita. A regulação definitiva deverá impor aos partidos as seguintes condições de acesso: contar, na última eleição para a Câmara, com 5% dos votos apurados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com

um mínimo de 3% do total de cada um deles e ter eleito ao menos um representante para a Câmara ou Senado. A posse do presidente da República, de governadores e prefeitos, pela PEC, será no primeiro dia útil seguinte ao dia 1º de janeiro do ano seguinte à eleição.

A entrada em vigor da emenda constitucional fica condicionada a um referendo popular em outubro de 2016.

Ana Amélia celebra aprovação de texto contra câncer

Ana Amélia (PP-RS) citou a importância da aprovação do projeto de lei que fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. Ela lembrou que a doença é a segunda maior causa de morte entre homens e manifestou esperança de que o movimento de conscientização sobre o câncer de próstata, o Novembro Azul, alcance uma importância equivalente à do Outubro Rosa, que trata do câncer de mama.

A senadora também comemorou a entrada em vigor, em novembro, de alterações do Código de Trânsito Brasileiro. Para ela, o aumento em até 900% das multas contribuirá para salvar vidas. A parlamentar afirmou que a segurança nas estradas também requer mais investimento, mas saudou as iniciativas do Legislativo para evitar tragédias.



Moneira Maniz/Agência Senado

Gleisi defende diálogo entre partidos políticos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que chegou a hora de acabar com o discurso de que o resultado da eleição revelou a divisão existente no país entre ricos e pobres e entre Sul/Sudeste e Norte/Nordeste.

Para a senadora, o momento é de diálogo entre todos os envolvidos no processo eleitoral, que, no período, mostraram propostas e formas diferentes de comandar o país.

Gleisi criticou ainda os que tentam dividir a base governista, especialmente o PT e o PMDB, criando conflitos que não existem entre os dois partidos.

Na avaliação dela, chegou a hora de o país retomar a normalidade. Ela acrescentou que o PMDB, que faz parte da aliança que dá sustentação ao governo, é fundamental nesse processo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Simon: Parlamento terá mais peso no governo Dilma

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a vitória apertada da presidente Dilma Rousseff, por 51,62% a 48,36% dos votos válidos, levará o Parlamento a ter mais importância no debate político.

O senador disse que no primeiro turno votou em Marina Silva e, no segundo, em Aécio Neves, pela alternância no Poder Executivo. Mas ele espera agora que a virulência da campanha fique no passado.

— Foi uma campanha dura, uma campanha difícil, uma campanha, talvez, das mais complexas que realizamos ao longo da história brasileira — observou.

Ele elogiou as palavras de Dilma, buscando o entendimento e propondo uma reforma política. Só considerou inadequada a proposta de plebiscito.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Anibal Diniz elogia novas tecnologias nas eleições

Anibal Diniz (PT-AC) fez um balanço das inovações tecnológicas nas eleições de 2014. As urnas com identificação biométrica, usadas em todo o país, e os aplicativos para celular foram algumas das novidades apontadas pelo senador.

— Essa utilização de tecnologia tem que servir de inspiração para todos os setores do governo, porque quanto mais inovação, mais facilidade para que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos essenciais — disse.

Entre os aplicativos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral, Anibal citou o que mostrava a localização das seções, o que permitia aos usuários ver todos os candidatos e o que acompanhava, em tempo real, a contagem dos votos por cargo e por unidade da Federação.



Moneira Maniz/Agência Senado

Inácio parabeniza Mino Carta por posição pró-Dilma

Inácio Arruda (PCdoB-CE) parabenizou o jornalista Mino Carta por ter anunciado, no início da campanha de 2014, a posição da revista *Carta Capital* em favor de Dilma.

Para ele, a atitude demonstra caráter, já que a maioria dos órgãos de comunicação agiu de forma cínica ao fazer campanha aberta para um candidato e se declarar independente.

— Na verdade, os grandes veículos de comunicação, embora não tivessem anunciado sua posição, atuaram com o partido, agiram com o partido, tramaram durante a campanha com o partido e se juntaram a um candidato — protestou.

O senador lembrou que a eleição presidencial foi marcada por uma “chuva de ações movidas por grandes veículos de comunicação”.



Moneira Maniz/Agência Senado

Comissões do Senado querem explicações sobre valor excedente pago pela estatal ao governo boliviano pelo fornecimento de gás ao Brasil

Graça Foster deverá ser ouvida sobre contrato entre a Petrobras e a Bolívia

AS COMISSÕES DE Relações Exteriores (CRE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) vão ouvir a presidente da Petrobras, Graça Foster, sobre contrato firmado entre a estatal e a Bolívia para fornecimento de gás ao Brasil.

Requerimento para realização do debate, apresentado pelo presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado ontem no colegiado.

Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, acordo fechado em 2007 pelo então presidente Lula com o presidente boliviano, Evo Morales, previa que a Petrobras pagasse US\$ 434 milhões a mais do que contrato assinado em 1996.



Pedro França/Agência Senado

Data para o comparecimento de Graça Foster ao Senado ainda não foi definida

O excedente, calculado de maneira retroativa compreendendo o período entre 2008 e 2013, foi pago em setembro

pela estatal. O acréscimo atendeu um antigo pedido do presidente Evo Morales. Ele desejava que a Bolívia

recebesse por componentes nobres que vêm misturados ao gás.

O governo boliviano argumenta que o chamado gás rico apresenta uma composição química diferenciada, capaz de gerar mais energia. Todavia, técnicos dizem que esse tipo de gás não tem uso diferenciado no Brasil.

“O impasse obriga a Petrobras a pagar cerca de duas vezes mais pela mesma quantidade de gás comprado, 30 milhões de metros cúbicos diários. Tendo em vista a importância da Petrobras para o país e a gravidade do que foi noticiado, requeiro a realização da audiência pública”, justifica Ferraço.

Debate com Mercadante tratará de embaixadores

O ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, também deverá ser ouvido em audiência pública pela CRE. O debate vai tratar da demora do governo em expedir cartas de acreditação a embaixadores estrangeiros.

Segundo Ricardo Ferraço, 30 países aguardam há meses uma oportunidade para formalizar a troca dos chefes de representações diplomáticas no Brasil, o que ocorre em cerimônia específica com a presidente Dilma Rousseff.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que vai pedir o empenho de Dilma no processo.

Na opinião de Ana Amélia (PP-RS), a demora também revela a inconveniência do processo de reeleição no país. Isso porque, segundo a parla-

mentar, a campanha envolve o candidato em uma disputa política durante um período longo.

— A administração fica à deriva, por assim dizer, num período extremamente expressivo — avaliou.

Senado autoriza pensão para ex-integrantes do Batalhão Suez

Os ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez poderão receber pensão especial vitalícia de dois salários mínimos mensais. Projeto com esse objetivo, de Humberto Costa (PT-SP), foi aprovado ontem em decisão final pela CRE e deve seguir à Câmara.

Pelo texto (PLS 332/2011), o benefício se restringe ao ex-integrante da tropa que comprove renda mensal inferior a dois mínimos ou que não possua meios para prover a subsistência da família.

Os combatentes fizeram parte da força internacional constituída pela ONU em 1956 para manter a paz e a

segurança entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e Egito.

Humberto Costa afirma que os combatentes foram excluídos do Exército mesmo tendo permanecido, quase todos, por mais de um ano, em uma das regiões mais violentas do mundo.

De acordo com o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), os integrantes do batalhão expuseram-se aos grandes perigos existentes em área de conflito armado, sofreram as consequentes sequelas físicas e psicológicas e foram tratados de modo injusto. Em 1988, as forças de paz da ONU receberam o Prêmio Nobel da Paz.



Pedro França/Agência Senado

Ex-combatentes do Batalhão Suez acompanham análise da CRE sobre projeto

Aprovado acordo sobre serviços aéreos entre Brasil e Quênia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo entre o governo brasileiro e a República do Quênia sobre serviços aéreos.

O Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 99/2014 segue para análise do Plenário.

O texto referenda acordo de 2010 que estabelece serviços regulares de um país para outro, designando empresas específicas para isso.

Também dispõe sobre segurança operacional e da aviação, tarifas aeronáuticas, apoio de solo, direitos alfandegários, reconhecimento de certificados e licenças,

troca de informações, aprovação de horários, proteção do meio ambiente e outros assuntos.

Ao apresentar o voto favorável à matéria, o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), observou que o acordo estreita os vínculos com o continente africano.

— O estabelecimento de serviço aéreo regular entre Brasil e Quênia, além de representar o fortalecimento das relações bilaterais, indica o estreitamento de vínculos com o continente africano. Ele favorecerá o intercâmbio comercial e humano entre nossas populações — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Relator, Luiz Henrique afirma que acordo fortalece vínculos com a África

Gurgacz pede continuidade de obras da BR-319

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) chamou a atenção ontem para a paralisação



Jefferson Rudy/Agência Senado

das obras de restauração da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. A restauração da rodovia, disse, é necessária para a integração da Amazônia.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a paralisação ocorreu, relatou Gurgacz, porque o Ibama ainda não teria se manifestado sobre a necessidade de incluir ou não no processo de licenciamento da obra o estudo antropológico, ambiental e social de 34 terras indígenas ao longo da rodovia.

Para o senador, as terras indígenas estão fora da área de abrangência da rodovia, conforme determina a lei. Portanto, do ponto de vista legal, não haveria necessidade do estudo.

Gurgacz ressaltou que a BR-319 é fundamental para o escoamento da produção de alimentos de Rondônia para o resto do país. O atraso nas obras, disse, vai significar prejuízo para o estado.

Mozarildo manifesta preocupação com rodovias de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse estar preocupado com as condições das rodovias



Gerardo Mageda/Agência Senado

de Roraima. Segundo o senador, algumas se encontram em um estado que chamou de “permanente construção e reconstrução”.

— É um verdadeiro sorvedouro de recursos federais que não ajuda em nada no progresso do estado.

Ele também pediu providências para a reforma de trecho da BR-174 que corta uma reserva indígena. O senador disse que o trecho da estrada tem sido tratado à revelia da Constituição, pois um “jogo de empurra” entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e uma ONG impede que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) faça obras na estrada.

— A que ponto chegamos: um órgão federal responsável por cuidar das reservas indígenas diz que é uma ONG que tem que cuidar da questão. Ao mesmo tempo, as rodovias ficam num descaso — protestou.

Medida aliviaria as prefeituras, já que o prazo legal expirou em agosto e ampliação do limite para 2018 deve ser vetada pela presidente Dilma Rousseff, segundo o senador Jucá

Prazo para fim de lixão pode ser estendido a 2016

OS MUNICÍPIOS PODERÃO ter mais dois anos e contar com recursos federais para se adaptarem à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a lei que, entre outras mudanças, prevê o fim dos lixões. A decisão foi anunciada anteontem por Romero Jucá (PMDB-RR) durante o debate da MP 651/2014.

A medida trata de questões tributárias, mas veio da Câmara para o Senado com um artigo que prorroga para agosto de 2018 o prazo para os municípios cumprirem a legislação aprovada em julho de 2010, depois de tramitar no Congresso por 21 anos. Embora a MP tenha sido aprovada pelos senadores, o líder do governo, José Pimentel (PT-CE), avisou que a presidente Dilma está decidida a vetar o artigo no momento em que for sancionar o projeto.

Segundo Jucá, o governo vai aproveitar a tramitação da MP 656/2014, que trata de contribuições ao PIS-Pasep e da Cofins, para mudar as regras de adaptação dos municípios, inserindo ali um novo artigo para compensar o veto da presidente ao adiamento por quatro anos, tempo considerado



Última edição da revista *Em Discussão!* mostra que até mesmo em Brasília os lixões persistem

muito longo para um país que precisa urgentemente resolver o problema dos lixões.

O adiamento em dois anos, associado à ajuda orçamentária, é uma solução para atender os municípios que afirmam não terem condições de cumprir o que determina a Lei 12.305/2010, conforme uma pesquisa divulgada pela

Confederação Nacional de Municípios (CNM). De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), só em 2013, das 76,3 milhões de toneladas de resíduos produzidos pela população, aproximadamente 32 milhões (42%) foram descartados incorretamente.



Íntegra de *Em Discussão!*: <http://senado.leg.br/emdiscussao>

Medida depende de maior apoio do governo, afirma consultor

Em vez de quatro, dois anos. Esse pode ser o novo prazo para que os municípios acabem com os lixões e os substituam por aterros sanitários. Na opinião do biólogo Joaquim Maia Neto, consultor legislativo do Senado na área de meio ambiente, não adianta prorrogar o prazo se a medida não vier acompanhada de um apoio mais efetivo da parte do governo federal aos prefeitos.

— Mesmo que prorrogue por dez

anos, não vai resolver o problema. É preciso que a União aporte mais recursos, haja capacitação técnica do pessoal dos municípios e que promova alterações na legislação para facilitar a formação de consórcios. O prazo de quatro anos não foi cumprido principalmente porque os municípios pequenos tiveram muita dificuldade — apontou o consultor.

O custo anual de operação de um aterro sanitário pode variar entre

R\$ 50 mil e R\$ 500 mil. Quanto menor o aterro sanitário, mais cara proporcionalmente a manutenção, o que dificulta a situação dos municípios menores. Por isso, Maia Neto defende ajustes na lei para facilitar a formação de consórcios reunindo dois ou mais municípios.

— Mas há dificuldades para formar consórcios, principalmente por desavenças políticas entre os gestores. Se o governo federal não ajudar, não sai do papel — sintetizou.

Na avaliação dele, prorrogar o fim dos lixões, contudo, foi a melhor saída no momento.

Com o objetivo de esclarecer as dúvidas a respeito da legislação que trata da destinação do lixo, Maia Neto fez ontem palestra no Miniauditório do Interlegis. Promovido pelo Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS) do Senado, o evento está inserido na programação das comemorações da Semana do Servidor.

CPI Mista da Petrobras define na quarta-feira novos depoimentos

A CPI Mista da Petrobras marcou para quarta-feira uma reunião administrativa para a votação de 476 requerimentos. Além disso, o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), deve apresentar um cronograma de novos depoimentos. A expectativa é de que, a partir de novembro, a CPI passe a se reunir duas vezes por semana.

Entre os requerimentos, há vários que pedem a convocação de autoridades. Na semana anterior ao segundo turno das eleições, o deputado Afonso Florence (PT-BA) apresentou pedidos para que sejam convocados os senadores Alvaro Dias (PSDB-MG) e Aécio Neves (PMDB-MG). A justificativa seriam relatos na imprensa de que o PSDB também teria sido “beneficiário do esquema de corrupção” investigado pela CPI.

Em resposta, o deputado Izalci (PSDB-DF) propôs que a CPI convide a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente

Luiz Inácio Lula da Silva. Izalci mencionou matéria da revista *Veja* sugerindo que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa declarou ter sido procurado, em 2010, para que fossem repassados R\$ 2 milhões para a campanha de Dilma.

Outro tema da próxima reunião da CPMI deve ser a prorrogação dos trabalhos até 22 de dezembro. O presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que já estão sendo coletadas as assinaturas necessárias. Pelo cronograma original, a comissão deve encerrar as atividades em 23 de novembro.



Presidente da comissão, Vital quer prorrogar trabalhos até 22 de dezembro

Casildo: Brasil precisa agregar valor à produção

Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamou a atenção para a necessidade de o Brasil agregar mais valor a seus produtos e deixar de ser somente um produtor de commodities — produto primário com grande participação no comércio internacional, como café e minério de ferro, entre outros.

Segundo o senador, a produção de queijo serrano artesanal, típico da Região Sul, é um exemplo do avanço que pode ser obtido. O senador contou que esse queijo é produzido desde o século 18 por famílias catarinenses e gaúchas, em geral para consumo próprio.

O queijo serrano é feito do leite cru de vacas campeiras, que se alimentam de pastagens naturais, o que garante características únicas. Os produtores buscam a certificação do produto para comercialização.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Flexa critica Dilma pelo desempenho na área econômica

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a presidente Dilma Rousseff pelo desempenho da economia, para ele “um fracasso amplo, geral e irrestrito”. Na opinião do senador, o governo se mostra incapaz de oferecer saídas para a economia, recorrendo a “maquiagens e malabarismos” nas contas públicas e à manipulação de preços administrados. Ele lamentou a falta de atitude contra a inflação e o déficit no comércio exterior e alertou para expectativa de estagnação do PIB em 2014.

— Um país em recessão, embalado pelo discurso ilusionista do governo. É como se existissem dois Brasis: o da propaganda oficial e o da realidade sentida na pele pelos brasileiros — disse.

Flexa criticou Dilma também pela condução nas áreas de saúde, segurança e educação.



Pedro Franco/Agência Senado

Odacir destaca 30 anos da Base Aérea de Porto Velho

Odacir Soares (PP-RO) saudou os integrantes da Força Aérea Brasileira pelos 30 anos da inauguração da Base Aérea de Porto Velho, completados hoje. A base está vinculada ao 7º Comando Aéreo Regional (Comar) e, segundo o senador, faz parte do contingente responsável pela defesa da Amazônia Ocidental.

Odacir ressaltou que o papel da base aérea ganha importância maior por causa da situação precária das estradas na região e pela dificuldade de transporte, o que torna o uso dos aviões uma necessidade que vai além das ações de defesa nacional.

— Além disso, exerce o suporte operacional das missões e atividades realizadas pelo Comar junto às populações carentes, como atendimentos médicos e odontológicos em comunidades ribeirinhas ou tribos de toda a Região Norte.



Gerardo Magela/Agência Senado

Embaixador Marcondes de Carvalho disse que o Brasil pleiteará, em conferência da ONU, a manutenção de metas voluntárias de redução de emissões para os países em desenvolvimento

Brasil defenderá metas diferenciadas para clima

UM NOVO ACORDO mundial sobre clima deve manter a regra do Protocolo de Kyoto que obriga países desenvolvidos a reduzirem a emissão de gases de efeito estufa e abre aos países em desenvolvimento a possibilidade de metas voluntárias. Essa é a posição que o Brasil defenderá na COP-20, conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, conforme informou o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho.

Chefe da representação brasileira na conferência, o diplomata participou de debate ontem na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que discutiu os preparativos para o encontro da ONU, que será realizado em dezembro, em Lima, no Peru.

Marcondes de Carvalho explicou que esse encontro será determinante para definir os termos do acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto, inicialmente previsto para acabar em 2012, mas que foi prorrogado até 2020. O novo acordo global, disse ele, precisa ser assinado em 2015, na COP-21, em Paris, dando às nações signatárias pelo menos cinco anos para implementar os compromissos assumidos.

Além da manutenção da diferenciação entre os países



Embaixador Marcondes de Carvalho é ouvido por Alfredo Sirkis e Inácio Arruda

no novo acordo, o Brasil defenderá, no encontro no Peru, a centralidade da convenção-quadro da ONU como fórum de decisão multilateral sobre mudanças climáticas e a não inclusão, no novo protocolo, de qualquer mecanismo que prejudique o direito dos países ao desenvolvimento.

— Não somos economias maduras, somos economias que temos um enorme déficit em todos os aspectos, dívidas sociais que temos que saldar, temos compromissos de infraestrutura, compromissos de logística. O Brasil tem tido uma posição propositiva, de avanço, e não negamos que esforços devam ser feitos, mas a diferenciação deve ser mantida — frisou.

O embaixador disse que alguns países querem eliminar essa diferenciação para reduzir responsabilidades no controle

de emissões e em compromissos já assumidos de ajuda a países pobres na adaptação às mudanças no clima.

Corte voluntário

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) observa que o Brasil, mesmo sem obrigação de diminuir emissões, definiu voluntariamente, na Lei 12.187/2009, o compromisso nacional de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões projetadas até 2020.

Já o presidente da CMMC, deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), observou que as emissões da China já representam quase 30% das emissões globais e a matriz energética da Índia está fortemente apoiada nas térmicas a carvão. Sirkis e o deputado Sarney Filho (PV-MA) apontaram esforços da China em reduzir a poluição, mas observaram que o mesmo não ocorre na Índia.

Ângela quer atenção ao sistema penitenciário de Roraima

Ângela Portela (PT-RR) disse esperar que o novo governo de Roraima consiga resolver o grave problema do sistema penitenciário do estado, onde fugas e rebeliões são constantes.

A mais recente começou no domingo, na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo,



que tem hoje 1.150 presos em um prédio construído para abrigar 750. Esses presos são atendidos por apenas 20 agentes e com o reforço de, no máximo, 30 policiais militares na segurança. Também há superlotação e poucos agentes e policiais na cadeia pública do estado.

Suplicy destaca discurso do papa a movimentos populares

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou as posições do papa Francisco no 1º Encontro Mundial de Movimentos Populares, no Vaticano, em defesa das democracias, da erradicação da fome e do fim da guerra.

— Foi um veemente pronunciamento, ao mesmo tempo de esperança



e de denúncia — analisou.

O senador mencionou também o compromisso do papa com a solidariedade, contra o consumismo e pela justiça social.

Para o papa, disse Suplicy, “o mundo se esqueceu de Deus e tornou-se órfão”.

Ferraz pede mudança de edital da Petrobras para beneficiar ES

Ricardo Ferraz (PMDB-ES) fez um apelo à presidente da Petrobras, Graça Foster, para que a empresa corrija os critérios de concorrência pública para a construção de seis terminais de petróleo, permitindo a participação do Espírito Santo. O senador disse que o edital só reconhece a competitividade do Rio de Janeiro.

Para ele, se a estatal mantiver a decisão, prejudicará o Espírito Santo, que assumiu impactos ambientais para a exploração de petróleo.

— Por que não a construção de três desses terminais no Rio e três no Espírito Santo, considerando o esforço que estamos desenvolvendo para a atração de empreendimentos no sul do estado?

Governo lança medida que adia entrada em vigor da Lei das ONGs

O governo federal publicou ontem medida provisória (MP) que altera a data para a entrada em vigor da chamada Lei das ONGs. Com isso, a nova legislação, que passaria a valer a partir de hoje, deve começar a vigorar somente em 31 de julho de 2014.

A Lei 13.019/2014 estabelece normas para licitação e contratação das entidades sem fins lucrativos, com alcance sobre a União, estados, Dis-

trito Federal e municípios. Resultado de projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto reforça o monitoramento e a avaliação das parcerias.

Além disso, a lei relaciona as ações que são configuradas como atos de improbidade, por exemplo, fraudar licitações envolvendo ONGs e liberar recursos públicos sem a observância das normas legais.

Quando apresentou o projeto, no final de 2011, Aloysio destacou a obrigação de que a prestação de contas seja feita no padrão das normas brasileiras de contabilidade.

— Cria-se um antídoto eficaz contra o clientelismo, contra a escolha de entidades para atender não ao interesse público, mas ao interesse particular do dirigente público que as escolhe — disse o senador.

Segundo ele, a nova legislação dá total transparência à forma de escolha dos projetos e das ONGs, por meio do chamamento público de propostas.

Prorrogações

A Lei 13.019/2014 determina que as parcerias existentes no momento da entrada em vigor das novas regras permanecerão regidas pelas normas vigentes

ao tempo da celebração dos contratos.

Ainda segundo a nova legislação, essa previsão não atingirá as prorrogações firmadas após a promulgação da nova lei, que ocorreu em 31 de julho deste ano.

No entanto, a medida provisória editada pelo governo também mudou essa data para 31 de julho do ano que vem — dia do início de vigência da lei.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Apenas delegados da Polícia Federal podem ser indicados para o cargo de diretor-geral da instituição, segundo medida provisória que segue agora para a Câmara. Agentes protestaram contra aprovação



Policiais federais se manifestam contra a medida provisória durante reunião da comissão destinada a examinar a proposta

Comissão aprova MP sobre carreira de delegado da PF

FOI APROVADA ONTEM, em comissão mista, a admissibilidade da MP 657/2014, que disciplina a carreira de delegado federal e cargos de direção na Polícia Federal. A MP, que segue para o Plenário da Câmara, torna privativo de delegado da Polícia Federal, integrante da classe especial, o cargo de diretor-geral da instituição. Atualmente, é de livre nomeação e exoneração pelo presidente da República.

O texto também estabelece que o ingresso na carreira se fará por concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os candidatos devem ter três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato de posse.

De acordo com exposição de motivos dos Ministérios do Planejamento e da Justiça, anexada à MP, o objetivo é selecionar profissionais mais aptos para o exercício do cargo e, com a participação da OAB,

assegurar a lisura do concurso em todas as fases.

A MP 657 tem sido criticada por agentes da Polícia Federal por reforçar as prerrogativas dos delegados. Representantes da categoria protestaram durante a votação na comissão.

Vicentinho Alves (SD-TO) anunciou a apresentação de emenda, quando a proposta chegar ao Plenário do Senado, para que o nome indicado pela presidente da República para dirigir a Polícia Federal seja submetido a sabatina pelos senadores.

Um dos artigos da MP define a PF como órgão permanente de Estado, fundado na hierarquia e na disciplina. “Tal previsão se coaduna com a necessidade de fortalecimento institucional do órgão”, diz o texto da exposição de motivos.

No exame da admissibilidade, o relator, deputado João Campos (PSDB-GO), propôs a rejeição de todas as emendas, sob alegação de que não tinham pertinência



Segundo Humberto, o governo está discutindo novas mudanças para a PF

com a MP ou de que implicavam aumento de despesa. O voto foi acompanhado pelos parlamentares integrantes da comissão mista.

Para justificar a rejeição das emendas, o presidente da comissão, Humberto Costa (PT-PE), explicou que “o processo [de mudanças nas carreiras da Polícia Federal] não termina aqui”. Segundo ele, o Ministério do Planejamento está discutindo o tema. Na terça-feira, o Senado aprovou a MP 650/2014, que garantiu reajuste a agentes, escrivães e papiloscopistas da PF.

Situação de imigrantes será tema de audiência pública

A situação dos imigrantes no Brasil é o tema de uma das audiências públicas que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve realizar ainda este ano. Os requerimentos para os debates foram apresentados pelo presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O parlamentar quer conhecer o nível de preparação do país para lidar com o aumento expressivo no número de estrangeiros em território nacional, vindos não apenas da América do Sul, mas de outros continentes.

— Há necessidade de o Estado brasileiro se estruturar em torno dessa questão, porque não é apenas acolher, mas dar um caminho seguro a essas pessoas que buscam em nosso país uma alternativa de vida — disse o senador.

Ferraço sugeriu que sejam convidados o secretário nacional de Justiça, Paulo Abraão Pires Junior, e o diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério

da Justiça, João Guilherme Lima Granja, entre outros. Ana Amélia (PP-RS) pediu a presença de uma entidade que represente os imigrantes e da Polícia Federal para dar informações sobre a fiscalização de fronteiras.

Eduardo Suplicy (PT-SP) quer a participação do padre Paulo Parise, coordenador da Pastoral do Imigrante em São Paulo. Sérgio Petecão (PSD-AC) falou da preocupação com a entrada de imigrantes no Acre.

— Penso que seria prudente que o governo brasileiro reforçasse a fiscalização, o tratamento na área de saúde, para que nós possamos dar tranquilidade à população brasileira — afirmou o senador.

Os requerimentos aprovados ontem para as demais audiências públicas tratam da política externa do governo, da indústria de defesa, da importação de café, da compra de caças para a Força Aérea e de projeto que altera critérios para a classificação de países com tributação favorecida.



Para o senador Ferraço, número crescente de imigrantes desafia o país

Proposta de emenda constitucional retira auxílio-reclusão dos benefícios previdenciários

Aguarda relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição que retira o auxílio-reclusão da relação de benefícios previdenciários. O autor da PEC 33/2013, Alfredo Nascimento (PR-AM), afirma representar o pensamento de uma parcela expressiva da sociedade, contrária ao pagamento do benefício.

O senador relata que uma das principais queixas dos trabalhadores que contribuem com a Previdência é a de “pagar a conta” para famílias de presos. O benefício, no entanto, só é devido às famílias de presos que também são contribuintes da Previdência.

“Para a sociedade, não é fácil aceitar pacificamente a concessão do benefício àqueles que cometeram crimes”, argumenta Nascimento.

Para ele, para extinguir o benefício é necessária a aprovação de emenda constitucional, seja para evitar a invocação de direito adquirido no futuro,

seja para desonerar a Previdência. A PEC é relatada na CCJ por José Pimentel (PT-CE).

Segundo a Previdência Social, em 2012 o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) pagou R\$ 434 milhões em auxílio-reclusão.

O benefício é pago mensalmente aos dependentes do trabalhador preso em regime fechado ou semiaberto que vinha contribuindo de forma regular para a Previdência. O objetivo é garantir a sobrevivência da família na ausência temporária do provedor.

O valor é calculado de acordo com a média dos valores de salário de contribuição. O benefício varia entre R\$ 724 (salário mínimo) e R\$ 971,78, ou seja, beneficia famílias de baixa renda, como preceitua o texto constitucional. O auxílio é suspenso em caso de morte do segurado, fuga, liberdade condicional, transferência para prisão-albergue ou cumprimento da pena em regime aberto.

Vanessa defende maior participação da mulher na política nacional

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a campanha da Justiça Eleitoral incentivando a participação feminina na política ajudou a aumentar em 46,5% o número de candidatas nas eleições deste ano: foram quase 7.500 contra as 5.056 nas eleições de 2010, frisou a senadora.

Vanessa disse que foram eleitas apenas 105 deputadas estaduais em todo o país. Já o número de deputadas federais vai passar de 45 para 51, um aumento de quase 10%. A senadora disse ainda que apenas Suely Campos, em Roraima, se elegeu governadora.

Ela acredita que a situação pode melhorar com a reforma política e a aprovação da eleição de uma mulher em cada estado, quando houver votação para a escolha de dois novos senadores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Suplicy rebate afirmações de Aloysio sobre crise da água

Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu afirmações de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sobre a crise no abastecimento de água de São Paulo. Suplicy elogiou a postura da presidente Dilma Rousseff e do governador Geraldo Alckmin para buscar parcerias.

Para o petista, o tucano se equivocou ao criticar a geração de energia no Rio Paraíba do Sul para atender municípios do Rio de Janeiro, reduzindo o volume de água em São Paulo.

— É apenas uma otimização, não afeta o abastecimento de água — disse.

O senador disse ainda que o grupo técnico criado em fevereiro foi extinto por descumprimento de acordo por parte do governo paulista, e não por manobra política, como acusou Aloysio.

Suplicy lamentou ainda que a Sabesp tenha reduzido o fornecimento de água a prefeituras governadas por opositores, como Guarulhos, administrada pelo PT e citada pelo senador tucano.

Produtor pode ter incentivo para recuperar mata nativa

Proposta permite que agricultor deduza do Imposto de Renda valores gastos para preservar a cobertura vegetal ou plantar espécies nativas. Texto de Waldemir Moka foi aprovado ontem em comissão

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem proposta que assegura aos proprietários rurais benefícios fiscais e creditícios para incentivar a preservação e a recuperação de áreas florestadas.

Entre as medidas previstas, está a possibilidade de dedução do Imposto de Renda dos valores gastos pelo produtor rural na preservação ou na recuperação de mata nativa, em montante equivalente a até 20% do imposto devido.

Os benefícios estão previstos em substitutivo do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), a oito projetos de lei do Senado (PLS) que tramitam em conjunto, sendo três de 2007 (131, 142 e 304), quatro de 2008 (34, 64, 65 e 78) e um de 2009 (483). Prevalecerá o número do mais antigo, 131/2007.

O relator aproveitou partes dos diferentes projetos e estabeleceu outros incentivos, como juros menores em financiamentos públicos. Moka sugere, por exemplo, que, quanto maior for a área de vegetação nativa mantida, em relação à área total da propriedade, maior será a redução de juros sobre o crédito rural.

Para agricultores da Amazônia Legal que tomarem financiamentos com recursos de fundos constitucionais, o texto prevê bônus de adimplência de 35% para os que mantiverem área de reserva legal igual ou maior que o previsto no Código Florestal.



Benefícios aprovados valem para recuperação de áreas às margens de rios

Moka propõe ainda que fique isento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) parcela da propriedade equivalente a até quatro vezes a área de vegetação nativa.

A recuperação da cobertura florestal deve ser, segundo a proposta, por plantio de espécies nativas. O texto também beneficia áreas mantidas com vegetação que extrapolem os limites mínimos obrigatórios pelo Código Florestal.

Assim, os incentivos fiscais e creditícios valem para recuperação de áreas de preservação permanente (APPs), como as matas ao longo dos rios.

Projeto técnico

A concessão dos benefícios estará condicionada à aprovação, pelo órgão ambiental competente, de projeto técnico. Para agricultores familiares, o texto prevê que o projeto seja custeado pelo poder público.

Em caso de descumprimento dos compromissos assumidos, os incentivos serão suspensos e o produtor será obrigado a devolver os recursos recebidos, acrescidos de multas e juros.

Recursos hídricos

O substitutivo também altera a lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. O texto reduz a tarifa pelo uso de água em propriedades que mantiverem áreas preservadas e usarem métodos de conservação de água e solo.

Permite também a destinação de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de água no pagamento por serviços ambientais decorrentes da conservação de áreas florestadas nas propriedades rurais.

Depois da CRA, o texto segue para as Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Secretaria de Meio Ambiente do Paraná

Aprovado projeto que cria Programa de Produção Sustentável da Palma

Proposta que cria o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O projeto do senador Ciro Nogueira (PP-PI) visa promover o cultivo com árvores nativas ou exóticas, inclusive para recomposição da reserva legal em propriedades na Amazônia Legal.

O texto (PLS 119/2013) prevê ações governamentais para ordenamento territorial, regularização fundiária, inclusão social, aumento da produtividade e crédito rural.

Será proibida a destruição de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo, admitindo-se duas exceções: instalação e operação de indústrias com licença

ambiental concedida até a promulgação da lei e ampliação de unidades industriais com pedido de licenciamento ambiental protocolado até a mesma data.

Além disso, as unidades produtoras de óleo de palma deverão efetuar registro no Ministério da Agricultura e enviar sistematicamente informações sobre processamento de matéria-prima, produção, comercialização, exportação e estocagem. As sanções pelo descumprimento das normas incluem multa a suspensão de registro do empreendimento.

O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), elogiou a proposta, que segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).



Proposta aprovada na CRA estabelece regras para ordenamento territorial da palma

Pedro Franco/Agência Senado

Fleury pede respeito do governo ao setor sucroalcooleiro

O senador Fleury (DEM-GO) pediu mais atenção e respeito do governo federal com os produtores rurais, citando especialmente os problemas enfrentados pelo setor sucroalcooleiro. Ele relata que tanto usineiros quanto produtores de cana têm enfrentado dificuldades. No Brasil, disse, há mais de 50 usinas fechadas.

Fleury contrastou as adversidades com o discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em viagens internacionais, anunciava o potencial do etanol brasileiro como alternativa energética limpa e renovável.

— Podemos produzir esse combustível para abastecer não só a nação como grande parte do mundo, gerando divisas, riquezas e tecnologia que só este país teve ao montar a indústria de carros a álcool.

Fleury destacou os problemas do setor no sudoeste de Goiás, onde produtores chegaram a perder propriedades para pagar dívidas.



Jefferson Rony/Agência Senado

Douglas Cintra destaca avanços da agricultura familiar

Douglas Cintra (PTB-PE) destacou em pronunciamento os avanços da agricultura familiar no país. Ele citou as políticas públicas que nos últimos dez anos garantiram ocupação para 14 milhões de pessoas em 4,3 milhões de unidades produtivas desse tipo no Brasil.

Segundo o senador, programas como o Fome Zero e a produção de biocombustíveis impulsionaram o segmento com o envolvimento de bancos federais e universidades, entre outras instituições.

Cintra ressaltou que a maior parte da produção de alimentos no país é resultado do investimento em agricultura familiar.

Para melhorar o combate à seca no Nordeste, ele recomendou o incremento de infraestrutura e a aplicação de recursos, além do financiamento direto às famílias. Sugeriu ainda a organização de um sistema de gestão para integração entre as empresas e a agricultura familiar.



Genildo Mota/Agência Senado

Senado debaterá registro e análise de agrotóxicos

Os processos de análise e registro de agrotóxicos que — conduzidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) — tiveram problemas identificados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) serão debatidos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O requerimento para a audiência pública foi aprovado ontem, mas a data ainda não foi definida. Para o debate, Ruben Figueiró (PSDB-MS) sugeriu convidar representantes do Ministério da Agricultura, da Anvisa, do setor de produção, revenda e distribuição de agrotóxicos e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A comissão também aprovou requerimento para a realização de audiência pública para analisar as políticas públicas de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil. Nesse caso, os debates deverão contar com secretários estaduais de Agricultura que representem as cinco regiões do país. O debate, que ocorrerá na terça-feira, foi proposto pelo senador Figueiró.

Equideocultura

Outro requerimento aprovado na reunião de ontem da CRA, apresentado pelo senador Antônio Aureliano (PSDB-MG), prevê a realização, em novembro, de um painel de

políticas e diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura — criação de cavalos, asnos e mulas — brasileira.

Serão promovidas audiências em Belo Horizonte, no dia 14; no Rio de Janeiro, no dia 21; e em Brasília, no Senado, no dia 27. Aureliano apresentou projeto (PLS 254/2014) que estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas destinadas a esse segmento.

Segundo o senador, a equideocultura tem relevância significativa na economia do país, respondendo pela geração de mais de 3,2 milhões de empregos e movimentando mais de R\$ 7 bilhões ao ano.